

Simonsen estima que Brasil aplicou bem dinheiro externo

por Sônia Jourdani
de São Paulo

Para o banqueiro Mário Henrique Simonsen, o que os países devedores devem fazer na tão falada negociação de governo a governo é, em primeiro lugar, derrubar a argumentação sofismática da administração Reagan de que os Estados Unidos não têm nada a ver com a crise de endividamento. Observou que, do ponto de vista lógico, há dois contra-argumentos a serem apresentados: a chamada "cunha fiscal", ou seja, o efeito da penetração do imposto de renda nas taxas de juros praticados nos EUA. Sem este efeito, as taxas poderiam cair para 7 a 8%, em vez dos 13% atuais.

O segundo é o efeito burocrático das medidas protecionistas adotadas nos EUA, pois acabarão gerando um contraprotecionismo — adotado por fatalidade aritmética, segundo Simonsen, já que um corte nas vendas necessariamente provoca um corte igual nas compras.

A conferência de Simonsen fechou os trabalhos do encontro "Alternativas de

Reestruturação Econômica Mundial", promovido pelo Unibanco e Sul América de Seguros, sob a orientação da RRCA Desenvolvimento Empresarial. Apresentado pelo presidente da mesa, senador Roberto Campos, como "duplamente ex-ministro, músico dileitante e professor", Mário Henrique Simonsen respondeu que preferia ser chamado de "músico profissional" e, em seguida, transitou à vontade pelos caminhos e descaminhos da economia mundial, falando longamente sobre as origens e perspectivas de solução para a crise de endividamento externo, um assunto que domina como poucos.

PASSOU NO TESTE

A primeira questão levantada pelo ex-ministro foi a seguinte: a dívida externa é um problema de solvência ou de liquidez dos países latino-americanos? Ele mencionou o erro dos banqueiros internacionais em afirmar, na época da euforia de empréstimos, que estavam financiando projetos, quando na verdade estavam financiando balanços de pagamento. De-

pois, abordou a questão da boa ou má utilização dos recursos, classificando de desastrosa a experiência da Argentina, Venezuela e México, que se endividaram para financiarem taxas de câmbio e acabaram às voltas com uma gigantesca evasão de capitais.

No caso do Brasil, acha que o teste para saber se o dinheiro foi bem aplicado deu os seguintes resultados: queda real de 50% nas importações num período de dez anos, uma boa política de industrialização e expansão violenta nas exportações. O Brasil passou no teste, disse Simonsen. Quanto à velha polêmica travada para identificar os responsáveis pela crise, o ex-ministro ressaltou sua falta de lógica afirmando que "não pode haver devedor sem credor e vice-versa".

Isso posto, Mário Henrique Simonsen discorreu sobre a mudança que a realidade operou em dois mitos da década de 70. O da generosidade dos bancos, louvada pela função social dos empréstimos à América Latina, e o de que a dívida é para ser rolada, não para ser paga. A estratégia de "rolar com a barriga" foi

rompida pelas novas políticas monetária e fiscal dos EUA, que determinaram a alta dos juros e a valorização do dólar.

NÃO É INSOLVENTE

O que restou foi aplicar aos devedores o conceito de solvência: um país pode pagar se suas exportações crescem numa taxa equivalente à dos juros. Neste ano, o Brasil transfere para o exterior aproximadamente um terço da sua receita de exportação. O parâmetro que continuará determinando o fluxo de pagamento é a fração da receita exportadora que o País está disposto ou pode transferir ao exterior.

Como o Brasil — por este parâmetro — não pode mais ser tratado como insolvente, deve esperar a concessão de prazos maiores e condições melhores para o pagamento. Mas somente no que se refere à redução do "spread" (taxa de risco). Dada a resistência dos bancos a um corte real nos juros, a Simonsen não parece desprezível a idéia de capitalização, jogando contas para o futuro. "E ganhar tempo e criar atrativos para o investimento externo", recebeu o ex-ministro.